



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de anúncio de medidas na área econômica para pequenos tomadores de crédito, empresários e sindicatos**

**Palácio do Planalto, 25 de junho de 2003**

Depois da fala do ministro Palocci, achei que eu tinha mais coisas para assinar aqui.

Meus companheiros de governo,  
Meu companheiro Antônio Palocci,  
Companheiro José Dirceu,  
Companheiro Jacques Wagner, ministro do Trabalho,  
Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura,  
Márcio Fortes, ministro interino do Ministério do Desenvolvimento,  
Meu caro companheiro Luiz Dulci, secretário-geral da Presidência da República,

Meus companheiros Carlos Lessa, presidente do BNDES,  
Cássio Casseb, presidente do Banco do Brasil,  
Jorge Mattoso, presidente da Caixa Econômica Federal,  
Meus amigos interessados em cooperativas e minhas amigas interessadas em cooperativas,  
Meu caro Nelson Pellegrini, líder do PT na Câmara dos Deputados,  
Prefeitos aqui presentes, estou vendo o companheiro Marcelo Deda,

Nós estamos, com esse anúncio, realizando um compromisso. Quero só lembrar às pessoas interessadas no debate sobre cooperativas que eu participei, durante a campanha, de um congresso de cooperativas no Guarujá, em São Paulo, e grande parte das coisas que estamos anunciando, hoje, foram compromissos assumidos naquele instante. Se não apresentamos antes, não



foi por negligência, foi pelo tempo necessário, para fazer o debate e apresentar a proposta madura. Quero lembrar que, além dos companheiros da área econômica, dos Presidentes das nossas instituições financeiras, nós temos um ministro, também, fanático por cooperativas, que é o nosso companheiro Roberto Rodrigues, ministro da Agricultura.

O Brasil precisa de mais crédito e, de preferência, mais barato.

Estamos hoje tomando medidas que vão democratizar o acesso ao crédito neste país e contribuir para a redução do custo do dinheiro. Trata-se de um passo decisivo para estender a milhões de brasileiros o direito de financiar a compra de um bem ou produzir e gerar renda por conta própria. Livre do sacrifício de ter que cortar gasto com alimentação, por exemplo, para adquirir um bem de maior valor.

Democratizar o crédito é, também, uma questão de cidadania. No Brasil ele falta justamente para quem não dá calote. Justamente para o pobre que compra e paga em dia, que não desvia dinheiro, que não remete para fora, que não tem conta em paraíso fiscal, que honra sua dívida. E o faz porque sabe que ter o nome limpo na praça é o seu patrimônio mais valioso. Talvez o único para muita gente no Brasil.

A exclusão brasileira tem muitas faces. Por isso requer a abertura de múltiplas vias de ingresso para ser revertida. E uma das características dessa sociedade desigual, que exhibe uma das piores concentrações de renda do Planeta, é que sua população está dividida entre dois pólos: uma minoria que transita com desenvoltura pelo mercado financeiro e uma imensa maioria que sequer possui conta em banco.

Dados da Caixa Econômica Federal indicam que cerca de 25 milhões de brasileiros e brasileiras não têm acesso bancário. Ou seja, dezenas de milhões de jovens e adultos não possuem qualquer vínculo com o sistema financeiro, tornando-se, assim, excluídos de antemão de políticas de crédito ou financiamentos mais baratos.



Mas não é só: hoje, no Brasil, não é apenas o dinheiro do pobre, as necessidades do pobre que circulam à margem do mercado. Temos mais de 1.600 municípios sem atendimento bancário. E outros 1.400 com apenas uma agência. Significa dizer que quase 60% da rede urbana deste país está esquecida, excluída de eventuais políticas de desenvolvimento que passem pela democratização do crédito e do financiamento da produção.

E por incrível que pareça, na recente privatização das instituições financeiras do setor público – sempre em nome da eficiência –, ninguém pensou em incluir uma cláusula de eficiência que incorporasse ao mercado os cidadãos e os municípios exilados dentro de sua própria terra. Felizmente, estamos revertendo essa longa lista de esquecimentos.

Vamos facilitar o acesso bancário a milhões de pessoas sem condições de arcar com taxas e tarifas. Vamos simplificar a abertura de contas, sem burocracia, sem exigências de renda e de cadastros. E não se trata apenas da comodidade de usar um serviço, mas também de ter acesso a um crédito – ainda que pequeno, mas que para milhões de brasileiros pode representar um passo gigantesco. A democratização financeira que perseguimos vai mais além.

Queremos também fortalecer o cooperativismo na economia. E o elo que faltava para fechar a cadeia e tornar o cooperativismo brasileiro um parceiro forte na reestruturação do modelo de desenvolvimento era, justamente, a ponta do crédito.

Portanto, este é um anúncio especial para ampliar nossa plataforma de financiamento da economia.

Talvez nenhum outro instrumento possa agir de forma tão profunda para demarcar a prioridade social deste Governo do que a consolidação de um sistema de crédito cooperativo amplo, forte e eficiente entre nós. Um sistema assim permitirá, simultaneamente, ampliar o crédito e baixar seu custo, contribuindo para superar essa situação anômala de *spreads* tão altos.



Em diversos países do mundo o microcrédito e o crédito cooperativo já desempenham esse papel estratégico de regulação democrática do mercado e difusão do desenvolvimento. Na Alemanha representam 20% do sistema financeiro. Na Espanha participam com 45% do crédito. Na Itália somam 28% da movimentação financeira. E nos Estados Unidos reúnem mais de 80 milhões de associados com ativos de 480 bilhões de dólares.

No Brasil, embora em expansão, o crédito cooperativo ainda está limitado a 1,5% das operações. Essa, sem dúvida, é uma das causas dos juros altíssimos praticados entre nós. Mas eles já começaram a cair. E vão baixar mais. Com responsabilidade, mas também com mudanças estruturais e duradouras no sistema financeiro nacional, para que ele passe a servir a todos.

É para isso que estamos anunciando aqui um conjunto de medidas de fortalecimento do cooperativismo, bem como de ampliação do microcrédito e do financiamento para micro e pequenas empresas.

Eis os principais pontos:

Autorização para que os bancos simplifiquem a abertura de contas especiais para a população de baixa renda. Essas contas serão movimentadas por cartão magnético e contarão com isenção de tarifas em até doze operações. A Caixa Econômica Federal, por exemplo, já opera o programa *Caixa Aqui*, registrando 10 mil novos correntistas por dia.

Dois: o mesmo cartão magnético da Conta Especial Simplificada poderá servir também para a liberação de benefícios dos programas sociais do governo, bem como para acesso a operações microfinanceiras.

Decidimos ainda criar um Banco de Microfinanças, subsidiário do Banco do Brasil, para disseminar o microcrédito e outras operações junto à população de baixa renda, mediadas pela rede de correspondentes bancários, de modo a multiplicar o acesso aos recursos.

Também decidimos estimular os bancos a concederem empréstimos no valor de 200 a 600 reais, a juros de 2% ao mês – com recursos definidos pelo



governo –, para titulares de contas simplificadas e outros segmentos de baixa renda.

Para fortalecer a rede de acesso ao microcrédito, decidimos também enviar ao Congresso projeto de lei com normas que simplifiquem e barateiem cobranças judiciais de dívidas de pequeno valor pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (as OSCIPs), bem como pelas Sociedades de Crédito ao Microempreendedor.

Anunciamos, ainda, medidas no âmbito do Banco do Brasil, para facilitar o financiamento de bens duráveis à população de baixa renda, submetida muitas vezes a taxas de crediário abusivas, que dobram ou triplicam o valor do produto adquirido.

Para isso, encaminhamos providências que visam criar uma empresa administradora de consórcios, vinculada ao Banco do Brasil. A ampliação da concorrência nesse segmento estratégico do consumo pode alcançar 7 milhões de clientes, com 125 mil operações já no primeiro ano.

Com a mesma ênfase, orientamos os bancos públicos a expandirem sua atuação no fornecimento de capital de giro às micro, pequenas e médias empresas, com redução expressiva de taxas, como já deve ocorrer a partir de agora, com diversas linhas do Banco do Brasil.

Orientamos, também, o BNDES e ele já está direcionando parcela crescente de recursos para as microempresas e instituições que trabalham com o microcrédito destinado a cidadãos empreendedores.

Para o desenvolvimento do cooperativismo de crédito determinamos liberar o funcionamento de cooperativas abertas de crédito, com livre admissão de sócios, para captação e empréstimo, em municípios com população de até 100 mil habitantes, o que abrange 95% da rede urbana brasileira. A mesma autorização vale para municípios com até 750 mil habitantes, desde que para conversão de cooperativas já consolidadas ao novo modelo desvinculado de requisitos corporativos.



Para assegurar a saúde e a solidez financeira do sistema cooperativo, determinamos a filiação obrigatória dessas novas instituições a uma cooperativa central, com existência mínima de três anos e capital variável, de acordo com a região do país.

Temos objetivos claros. Por isso escolhemos o caminho do crédito cooperativo e do microcrédito para romper a muralha financeira que transformava milhões de brasileiros em seres invisíveis, sem lugar no presente e sem acesso ao futuro.

O que anunciamos hoje, aqui, tem um destino certo: aprofundar a democracia social e econômica, começando pelos setores mais frágeis. Estamos retomando o acesso ao crédito para o desenvolvimento brasileiro.

Eu só quero lembrar a todos os brasileiros e brasileiras que devem estar felizes com o anúncio do microcrédito e das cooperativas, que o fato de nós estarmos anunciando, aqui, não significa que amanhã a gente já tenha um sistema, como tem na Alemanha, nos Estados Unidos ou na Itália. O que nós estamos fazendo, na verdade, depois da decisão do governo, é desafiar a sociedade brasileira a agir quase como se fosse num sistema de auto-gestão coletiva do financiamento para o povo brasileiro.

Quando nós anunciamos a liberação de 200 a 600 reais, certamente parece muito pouco para quem pode tomar alguns milhões emprestados num banco. Mas eu tive a oportunidade, Palocci, de ir ao estado do Acre, ver o empréstimo de 525 reais feito para um seringueiro. Esse seringueiro não apenas agradeceu ao governador, mas disse-lhe que, com esse dinheiro, poderia se embrenhar na mata e voltar seis meses depois para vender os seus produtos, porque o dinheiro era suficiente até para comprar um burrico, para que ele pudesse transitar com desenvoltura na selva amazônica.

Seiscentos ou duzentos reais parece pouco para quem tem muito. Mas para uma mulher ou um homem que precisa ir a uma loja comprar um aparelho simples para sua casa, e tem que pagar 330% de juros a uma financeira,



significa que 2% ao mês são quase que uma revolução do *spread* para o financiamento das pessoas mais pobres neste país.

Esse plano é como uma criança: nasceu. Agora é preciso fazê-la andar. E para fazer uma criança andar, todo mundo aqui tem idade para saber a dedicação e o compromisso que temos que ter, para fazer valer o que nós estamos anunciando. Eu acho que a bola está em campo. Cada um de nós, agora, tem que assumir o papel do ministro da Fazenda, o papel do Presidente do Banco do Brasil, o papel da Caixa Econômica Federal, o papel de cada ministro e o papel do Presidente da República e dizer: nós temos tanta responsabilidade quanto o governo para que essa iniciativa se torne realidade, para que essa iniciativa possa permitir que, daqui a algum tempo, a gente volte para um ato e vocês digam: “Presidente Lula, ministro Palocci, Presidente do Banco do Brasil, Presidente da Caixa Econômica Federal, Presidente do BNDES, nós já utilizamos o dinheiro que vocês liberaram em apenas poucos meses, precisamos de muito mais dinheiro, porque tem muito mais gente querendo crédito a juros mais baratos no nosso país”.

Muito obrigado, companheiros, e eu espero que esse anúncio possa, efetivamente, contribuir para aquilo que o ministro Palocci disse, para que os juros possam baixar, de verdade, para o povo brasileiro e para a parte mais pobre da população.

Boa sorte!